

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Conforme estatuto, os Correios têm por objeto, nos termos da Lei: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2015, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

As estimativas adotadas pela administração incluem perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões passivas, fundos de pensão e a determinação de vida útil econômica dos ativos. Embora os Correios utilizem suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar diferenças em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de possíveis eventos futuros.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual e estão apresentadas na Nota 3.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e benefício pós-emprego e distrato do Banco Postal evidenciados a valor presente, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Empresa registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Empresa, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis tais como, consecução de novos negócios e implementação de metas para a redução de despesas, os quais podem não se realizar até o final do período projetado.

b) Plano de pensão

A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado.

Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

c) Plano de saúde

A Empresa é patrocinadora do Plano de Saúde e reconhece os custos do plano, repassando recursos financeiros para a operadora com o objetivo de cobrir as despesas com a rede credenciada e demais custos de administrativos. Os compromissos com o plano são provisionados com base no cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

d) Provisões para contingências

A Empresa discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

2.2 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações serão reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

2.3 – Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, entre Correios e sua subsidiária Correiospar, são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados.

2.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos são representados por: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. As aplicações financeiras estão classificadas como títulos mantidos para negociação.

A Correiospar mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

2.5 – Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Esta é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas incorridas na realização desses créditos. O valor da PECLD pode ser ajustado com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como pela mudança na situação financeira dos clientes.

2.6 – Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo.

Quando aplicável, é constituída a perda não dedutível de estoque classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

2.7 – Adiantamentos

Estão representados, na maior parte, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da perda não dedutível constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pagos.

2.8 – Convênio Postal Saúde – Ativo / Passivo

O convênio com a Postal Saúde engloba a prestação de serviços de assistência à saúde, plano de benefício medicamentos e saúde ocupacional.

A prestação de contas entre a Postal Saúde e Correios é realizada com base nos atendimentos efetuados na rede credenciada, momento em que a despesa executada é reconhecida como definitiva e a diferença como provisão.

Com relação aos repasses efetuados, a diferença entre estes e a prestação de contas é reconhecida como adiantamento ou obrigação a pagar.

2.9- Ativo Contingente

O Pleno do Supremo Tribunal Federal vem decidindo por meio de diversos julgamentos que os Correios gozam da Imunidade Tributária Recíproca, no que diz respeito aos impostos incidentes sobre a renda, o patrimônio e os serviços (Art. 150, VI, “a” da CF), sendo a não incidência do tributo por imperativo constitucional, o resultado prático desta imunidade. Fundamenta a corte que a imunidade aplica-se tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que o resultado da imunidade tributária recíproca da ECT é sui generis, pois a decisão coloca todas as receitas auferidas pela empresa sob o manto da imunidade. Tem-se a imunidade recíproca ampla.

Diante desse contexto, a empresa estima ter o direito de créditos tributários de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão nos últimos cinco anos, decorrentes de impostos alcançados pela imunidade recíproca, que foram pagos em exercícios anteriores. O registro destes direitos não foi ativado no patrimônio dos Correios por ainda existirem incertezas quanto à recuperabilidade, contudo o pleito dos créditos tributários na esfera administrativa não foi prejudicado.

2.10 – Investimentos

2.10.1 – Participações Societárias

No Balanço da controladora, o investimento na controlada - Correiospar, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base no Patrimônio Líquido desta, ao final do exercício.

2.10.2 – Propriedades para Investimento

Existem imóveis que são mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados), e, nesse sentido, são classificados como propriedades para investimento e registrados pelo custo de aquisição acrescido do custo atribuído.

As políticas de classificação adotadas pela Empresa para reconhecimento dos imóveis como de propriedades para investimento são:

- a) Cedidos/alugados - Imóveis próprios com 50% ou mais da área edificada, ocupada por terceiros;
- b) Desocupados - Imóveis próprios sem uso pelos Correios ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual, conforme laudo de avaliação emitido por empresa contratada para este fim em 2014.

2.10.3 – Demais Investimentos

Os demais investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das perdas não dedutíveis na realização do investimento, ou na redução ao valor de mercado, quando este for inferior.

2.11 – Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear, baseando-se na vida útil econômica e no valor residual quando houver, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais Equipamentos de Proc. de Dados	5 anos	5 anos
Computador e Impressora	5 anos	4 anos
Máquinas e Equipamentos.	10 anos	10 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos Leves - Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos Leves - Carga acima de 1.000Kg	5 anos	7 anos
Veículos Motorizados Pesados	6 anos	10 anos
Veículos Não-Motorizados	5 anos	5 anos
Moveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Ferramentas e Instrumentos	5 anos	5 anos

O método de depreciação, a vida útil econômica e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Terrenos não são depreciados.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil da obra dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício em que o ativo foi baixado.

2.12 – Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear, com base na vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

2.13 – Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

2.13.1 – Ativos Financeiros

Conforme disciplina o CPC 38, anualmente, os Correios efetuam estudos sobre os seus ativos financeiros a fim de estabelecer o percentual de perda incorrida sobre os ativos e assim constituir as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, composta por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender a legislação societária e fiscal (Lei 9.430/96).

2.13.2 – Investimentos

Os Correios realizaram, em dezembro de 2015, testes de recuperabilidade em seus investimentos não relevantes (Participação em Companhias Telefônicas), baseando-se na cotação dos papéis no mercado, com base em dados fornecidos pelos bancos que detêm a custódia dos títulos. O resultado desse estudo apontou que não há indicações de desvalorização, não tendo assim a necessidade de reconhecimento de perdas.

Devido ao desempenho negativo que vem ocorrendo desde o exercício de 2002, os Correios mantêm a perda não dedutível de 100% nos seus investimentos em incentivos fiscais FINAM/FINOR.

Para o investimento na Correiospar, anualmente, é verificado se há indicativo de perda com base em fatores externos ou internos. Em 2015 não houve indicativo de perda, mantendo-se o valor contábil ajustado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

2.13.3 – Imobilizado/Intangível

Para os bens imóveis, anualmente, é verificado se existe indicativo de perda dos imóveis com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem no mercado ou mantêm se o valor contábil.

Em 2014 foram reconhecidos ajustes ao valor recuperável de 141 imóveis que estavam com o valor contábil acima do valor de mercado. Em 2015, após avaliação interna, verificou-se que as condições presentes à época da elaboração dos laudos emitidos por empresa contratada em 2014 não tiveram alterações significativas, mantendo-se o ajuste realizado no exercício anterior.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares) a perda do valor recuperável é reconhecida mensalmente por meio da depreciação/amortização com base na vida útil econômica deste. Destaca-se, que no ano de 2014 para estes bens foi aplicado o teste de recuperabilidade considerando a unidade geradora de caixa e o fluxo de caixa descontado, o que não representou perda naquele exercício, além da reconhecida por meio da depreciação/amortização. Observa-se nesse sentido que a mudança de política para a manutenção somente da depreciação/amortização, que considera o desgaste e a perda do valor do bem no tempo, não gerou impactos em relação ao ano anterior.

2.14 – Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam a melhor estimativa.

Como os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores são de recebimento/pagamento de curto prazo, cálculos realizados pela Empresa demonstram que o ajuste a valor presente não seria relevante.

2.15 – Obrigações com Fornecedores

São realizadas, mensalmente, provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não são possíveis a entrada do documento fiscal no sistema até a data do fechamento contábil, atendidas as seguintes condições:

- a) existir uma obrigação futura de um evento passado;
- b) existir saída provável de recursos; e
- c) existir estimativa confiável da obrigação.

2.16 – Obrigações Financeiras a Pagar

Com a realização do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados como receita a apropriar foram atualizados e passaram a ser registrados como obrigações financeiras a pagar. Considerando as características do distrato, os valores referentes aos juros sobre saldo remanescente a ser devolvido, serão diferidos em 30 meses.

2.17 – Passivo Contingente

As provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor dessa obrigação possa ser feita.

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos divididos em causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perdas considera as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico cuja classificação em provável, possível ou remota está sob responsabilidade da área jurídica dos Correios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

2.18 – Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade dos Correios e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de plano de saúde pagáveis ao fim do vínculo empregatício com a aposentadoria do empregado. Os riscos sobre os benefícios pós-emprego de previdência complementar são avaliados anualmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1).

A Empresa é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Variável – PostalPrev.

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Esse Plano reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio, pensão por morte ou renda vitalícia). A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

Nos planos de Benefício Definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem sobre patrocinadores, participantes e assistidos na forma prevista na Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 28/2008. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões, assim definido como em extinção. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008 e, em 2010, houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do adicional da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. Desde 01/08/2010, a obrigação é considerada uma dívida com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% a.a., deduzidos os pagamentos efetuados. Conforme posicionamento e recomendações da STN/MF e do DEST/MP em 2014, do valor original de R\$ 793,0 milhões registrados no Balanço Patrimonial dos Correios, o valor de R\$ 475,8 milhões (valor original) não é devido pela Patrocinadora (Correios), devendo este, acrescido da atualização de INPC mais 6% de juros, ser revertido. Assim, naquele ano, houve a reversão da provisão a título de RTSA atualizada no valor de R\$ 1.086 milhões com contrapartida o resultado do exercício.

Durante o exercício de 2015, os Correios contrataram a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, para emitir parecer técnico atuarial sobre a RTSA do Plano de Benefício Definido (PBD), o qual apresentou interpretação diversa da STN a respeito da natureza da RTSA. Nessa esteira, haja vista a dissonância das posições técnicas, a empresa efetuou consulta formal junto ao órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar – PREVIC, nos termos da lei federal 12.154/2009, sem resposta do regulador até o fechamento das notas explicativas.

Nesse contexto, em razão da posição legal vinculante do DEST, os Correios não reconhecem provisão contábil a título de RTSA, aguardando a recomendação do órgão de controle (PREVIC) que ratifique ou eventualmente modifique essa interpretação.

Desde o exercício de 2013, os Correios reconhecem os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 R1:

- a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da Empresa.

No caso do Postalis, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada, e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no Balanço Patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos dos Correios. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

2.18.1 - Participação nos Lucros e Resultados – PLR

Os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início de cada ano, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais a seus empregados e dirigentes.

Para a PLR dos empregados, mensalmente, respeitando o regime de competência, é constituída pela Empresa uma obrigação a pagar no passivo de um percentual de 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas não podendo o montante final a pagar exceder a 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

2.19 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

2.19.1 – Impostos Correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente é calculado conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço. Os tributos correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

2.19.2 – Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos foram reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias, sobre o prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL possam ser compensados, em observância as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e as leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras. Os impactos/detalhes encontram-se na Nota 17.

2.20 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros dos Correios são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- b) Empréstimos e recebíveis;
- c) Disponível para venda.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado refere-se às aplicações financeiras mantidas para negociação.

Os empréstimos e recebíveis são valores a receber de clientes e são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, menos perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros disponíveis para venda referem-se a ações de companhias telefônicas que são instrumentos financeiros não avaliados pela método de equivalência patrimonial e são classificados neste grupo por não serem classificados nos demais grupos de ativo financeiro. Contudo, permanecem classificados no realizável a longo prazo em função da Empresa não ter intenção de vender estas ações.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.21 – Receitas e Despesas

Os Correios têm como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

3.1 - Impacto da reapresentação sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2014.

	Em 01 de janeiro de 2014 (Reapresentado 2014)	Ajustes	Em 01 de janeiro de 2014 (Reapresentado 2015)
Passivo			
Não Circulante	8.983.669	155.011	9.138.680
Passivos Contingentes (1)	509.147	155.011	664.158
Patrimônio Líquido	(386.972)	(155.011)	(541.983)
Lucros Acumulados (1)		(155.011)	

(1) Contingências Cíveis e Trabalhistas

3.2 - Impacto da reapresentação sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014.

	Em 31 dez de 2014 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2014 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	4.130.890	(100.000)	4.030.890
Convênio Postal Saúde (1)	105.125	(100.000)	5.125
Não Circulante	12.697.508	100.000	12.797.508
Realizável a Longo Prazo	5.595.417	104.411	5.699.828
Investimentos não permanentes(2)	-	4.411	-
Convênio Postal Saúde-Ativo Garantidor(1)	-	100.000	-

	Em 31 dez de 2014 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2014 (Reapresentado)
Investimentos	437.700	(4.411)	433.289
Investimentos(2)	-	(4.411)	-
Passivo			
Circulante			
Benefício Pós-Emprego(3)	3.827.157	(319.592)	3.507.565
Benefício Pós-Emprego(3)	654.862	(319.592)	335.270
Não Circulante			
Benefício Pós-Emprego (3)	10.338.398	504.826	10.843.224
Benefício Pós-Emprego (3)	7.339.289	319.592	7.658.881
Passivos Contingentes (4)	262.215	185.234	447.449
Patrimônio Líquido			
Lucros Acumulados (4)	2.662.843	(185.234)	2.477.609
Lucros Acumulados (4)	-	(185.234)	-

(1) Reclassificação do Ativo Garantidor do Circulante para o Não Circulante.

(2) Reclassificação de Investimentos para o Realizável a Longo Prazo.

(3) Reclassificação do Benefício Pós-Emprego de curto para Longo Prazo.

(4) Contingências Cíveis: até 2013 R\$ 3.091 e em 2014 R\$ 118 e Trabalhistas até 2013 R\$ 162.273 e em 2014 R\$ 19.752.

3.3 - Impacto da Reapresentação sobre a Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2014

	Em 31 dez 2014 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2014 (Reapresentado)
Despesas gerais e administrativas	2.286.517	30.222	2.316.739
Contingências/Precatórios (1)	-	30.222	-

(1) Contingências Cíveis e Trabalhistas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	737	737	568	568
Bancos	5.025	5.025	8.214	38.214

Aplicações	1.158.551	1.190.338	1.366.746	1.366.746
TOTAL	1.164.313	1.196.100	1.375.528	1.405.528

4.1 – Caixa: em 31/12/2015, o valor de R\$ 737 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.442 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2016.

4.2 – Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2015 é de R\$ 5.025.

4.3 – Aplicações: as disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos extra mercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado exclusivos no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

4.3.1 – Títulos mantidos para negociação

4.3.1.1 – Posição em 31/12/2015

APLICAÇÃO	Consolidado 2015	(%)
LTN	575.185	28,95
NTN-B	1.158.821	58,34
Op. Compr. ¹	220.745	11,11
Cotas - Fundo ²	31.787	1,60
Subtotal	1.986.538	100,00
Ajustes ³	(39)	0,00
Total	1.986.499	100,00
Imposto de Renda	(5.583)	(0,28)
Líquido	1.980.917	99,72

¹ Operações Compromissadas.

² Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

³ Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

Do patrimônio líquido total das aplicações dos Correios, R\$ 594.972 estão aplicados no Fundo 13A, R\$ 902.662 no Fundo 13B, ambos no Banco do Brasil, e R\$ 451.496 no Fundo X na Caixa, totalizando R\$ 1.949.130. O Patrimônio Líquido da Controlada, R\$ 31.787 está aplicado no Fundo BB Extramercado FAE, não exclusivo.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2020, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	575.185	368.243	220.745	31.787	(5.583)	(39)	1.190.338
TOTAIS	575.185	368.243	220.745	31.787	(5.583)	(39)	1.190.338

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2017	-	219.095	-	-	-	-	219.095
2018	-	395.709	-	-	-	-	395.709
2019	-	110.697	-	-	-	-	110.697
2020	-	65.077	-	-	-	-	65.077
TOTAIS	-	790.578	-	-	-	-	790.578

4.3.1.2 – Posição em 31/12/2014

APLICAÇÃO	VALOR	(%)
LTN	446.174	12,99
NTN-B	2.565.297	74,68
Op. Compr. ¹	423.559	12,33
Subtotal	3.435.030	100,00
Ajustes ²	(64)	0,00
Total	3.434.966	100,00
Imposto de Renda	(1.785)	(0,05)
Líquido	3.433.181	99,95

¹ Operações Compromissadas.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2015	446.174	498.863	423.559	(1.786)	(64)	1.366.746
Totais	446.174	498.863	423.559	(1.786)	(64)	1.366.746

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	-	1.277.572	-	-	-	1.277.572
2017	-	337.213	-	-	-	337.213
2018	-	365.694	-	-	-	365.694
2019	-	50.270	-	-	-	50.270
2020	-	35.686	-	-	-	35.686
Totais	-	2.066.435	-	-	-	2.066.435

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	2015	2014
Serviços Faturados	1.495.953	1.434.317
Serviços a Faturar	163.704	126.028
Cartões de Crédito	11.495	4.441
ACF/Prestação de Contas	681	512
ACF/Débitos Negociados	514	-
ACC/Prestação de Contas	2.307	2.480
AGC/Prestação de Contas	120	124
Débitos Internacionais	826.376	473.582
AGF/Prestação de Contas	1	900
AGF/ Débitos Negociados	2.201	1.338
Valores a receber de AGF	66.342	63.855
Direito a receber AGF – Lei postal	1.110	978

CRÉDITOS	2015	2014
Outros Débitos de Clientes	16	-
TOTAL	2.570.820	2.108.555

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	2015	2014
Vencidos até 30 dias	108.956	55.229
Vencidos de 31 a 60 dias	61.746	15.154
Vencidos de 61 a 90 dias	46.521	11.960
Vencidos de 91 a 120 dias	10.667	3.612
Vencidos de 121 a 180 dias	4.863	3.129
Vencidos de 181 a 365 dias	5.926	3.339
Acima de 365 dias	5.422	13.830
Total de Valores Vencidos	244.101	106.253
A Vencer	1.251.852	1.328.064
Total a Receber	1.495.953	1.434.317

5.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, à base de 36,59% e 8,32% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 2015	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2015 (36,59% do saldo)	11.120
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2015 (8,32% do saldo)	7.708
TOTAL	18.828
PECLD – 2014	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2014 (29,73% do saldo)	16.771
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2014 (13,23% do saldo)	7.297
Títulos de empresas em recuperação judicial (100% dos títulos vencidos e a vencer)	847
TOTAL	24.915

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis e das perdas não dedutíveis, conforme disciplina a Lei 9.430/96 e alterações.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2015	2014
Saldo Total em 1º de janeiro	24.915	28.764
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(3.234)	(4.769)
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	21.681	23.995
Baixas	(2.983)	(2.314)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	18.698	21.681
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	130	3.234
Saldo Total em 31 de dezembro	18.828	24.915

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas dedutíveis e não dedutíveis, é adicionado à apuração do Lucro Real.

5.2 – Serviços Faturados: correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos em cobrança bancária ou administrativa.

5.3 – Serviços a Faturar: representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

5.4 – Cartões de Crédito: crescimento de R\$ 7.054 registrado na rubrica referente ao aumento dos recebíveis pagos na modalidade de Cartão de Crédito quando da venda de produtos e serviços.

5.5 – ACF/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.6 – ACC/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos permissionários, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.7 – Débitos Internacionais: o valor de R\$ 826.376 corresponde aos direitos decorrentes das relações dos Correios e outros Correios mundiais. O saldo de 2015 ainda traz influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios estão obrigados a seguir. Para esta conta foi constituída uma PECLD na ordem de R\$ 6.458, referente aos valores a receber em 2015 que os Correios ainda aguardam o pagamento.

5.8 – Débitos Negociados de AGF: referem-se a valores em atraso a receber de AGF, com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento.

5.9 – Direito a Receber de AGF – Lei postal: corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

5.10 – Valores a Receber de AGF: referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

NOTA 6 – ESTOQUES

Estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. Foi constituída uma perda não dedutível com estoque referente a itens inservíveis, vencidos e obsoletos aguardando destinação para venda de sucata ou descarte.

MATERIAIS ESTOCADOS	2015	2014	
Material para consumo		48.058	40.552
Material para revenda/almoxxarifados		24.311	15.759
Material em consignação		326	335
Perdas com estoque		(918)	(1.007)
TOTAL		71.777	55.639

NOTA 7 – CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS

CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	2015	2014	
Benefício Medicamento		-	5
Ressarcimento de Despesa Administrativa		-	5.120
Serviço Saúde		61.704	-
Dividendos a Receber		82	
TOTAL		61.786	5.125

7.1 – Serviço Saúde: o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

7.2 – Dividendos a Receber: o valor registrado na controladora refere-se ao repasse de dividendos mínimos obrigatórios da Controlada referente ao exercício de 2015.

NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS

8.1 – Adiantamentos

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.334	3.358	3.307	3.307
Adiantamento de Férias	115.471	115.479	115.323	115.323
Demais Adiantamentos	3.937	3.937	3.638	3.638
TOTAL	122.742	122.774	122.268	122.268

8.1.1 – Demais Adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referente aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

8.2 – Valores a Compensar / Restituir

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais pagos e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco, os quais serão compensados no momento da liquidação do fato gerador.

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS retenção por clientes	5.389	5.389	12.515	12.515
Salário-maternidade/família	871	871	793	793
IRRF/Aplicações financeiras	6.548	6.631	2.746	2.746
IR a restituir	231.161	231.482	237.438	237.438
ICMS a recuperar/compensar	290	290	594	594
CSLL a restituir	32.279	32.286	30.822	30.822
IR - retido na fonte - Lei nº 9.430	20.352	20.352	20.065	20.065
CSLL retido na fonte - Lei nº 9.430	5.173	5.173	5.182	5.182
COFINS retido na fonte - Lei nº 9.430	533	533	346	346
PIS/PASEP retido na fonte - Lei nº 9.430	355	355	434	434
INSS retenção por clientes	109	109	117	117
Recolhimentos indevidos - Lei nº 10.833/03	1.000	1.000	1.684	1.684
Recolhimento indevido - INSS	42.289	42.289	123	123
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	709	709	664	664
Pagamentos Transitórios	1.266	1.266	24.302	24.302
PIS a restituir/compensar	46	46	-	-
COFINS a restituir/compensar	268	268	-	-
TOTAL	348.638	349.049	337.825	337.825

8.2.1 – ISS Retenção por Clientes: a variação no saldo da conta refere-se à transferência de valores para rubrica “Cobrança Jurídica ISS”, no circulante.

8.2.2 – Imposto de Renda Retido na Fonte/Aplicações Financeiras: o saldo refere-se ao imposto de renda, compensável, incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras. O incremento em 2015 decorre da estimativa dos valores que serão retidos sobre os rendimentos em maio de 2016, conforme dispõe a legislação específica.

8.2.3 – IR a Restituir e CSLL a Restituir: as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício, os quais passam a adquirir a característica de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL. A variação do saldo justifica-se pela utilização dos valores para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

8.2.4 - Recolhimento indevido – INSS: o valor refere-se a recuperação de créditos de INSS Patronal incidente sobre os pagamentos efetuados a cooperativas, conforme previsto no Ato Declaratório Interpretativo/ADI Receita Federal do Brasil nº 5/2015.

8.2.5 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430/1996: refere-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de faturas de serviços prestados ou produtos adquiridos.

8.2.6 – Pagamentos Transitórios: refere-se a faturas a receber de órgãos públicos, através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, nos últimos dias do ano, aguardando transferência do recurso para a conta de movimentação dos Correios. A redução de R\$ 23.036 ocorreu em função do recebimento em janeiro de 2015, via SIAFI, de ordem bancária referente ao serviço de distribuição de cadernos de provas e cartões de confirmação de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2014.

8.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2015	2014
Faturas em cobrança jurídica	117.223	102.303
PECLD de faturas em cobrança jurídica	(116.738)	(101.549)
Cheques em cobrança jurídica	9	37
Perdas não-dedutíveis de cheques cob. jurídica	(8)	(35)
Alcances	5	2
Débitos de empregados em cobrança jurídica	7.349	5.055
Perda não-dedutível de débitos de empregados	(6.908)	(5.004)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	85.759	60.521
Perda não-dedutível de débitos de terceiros	(85.668)	(58.705)
Inadimplentes – ACF	871	2.615
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACF	118	163
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACF	4.284	5.937
Perdas não-dedutíveis de ACF	(4.848)	(8.558)

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2015	2014
Inadimplentes - ACC	596	724
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACC	49	151
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACC	2.320	1.759
Perdas não-dedutíveis de ACC	(2.831)	(2.554)
Inadimplentes - AGC	-	-
Inadimplentes AGF	5.238	11.485
Inadimplentes com cobrança jurídica - AGF	108	409
Descredenciadas com cobrança jurídica - AGF	2.644	442
Perdas não dedutíveis de AGF	(6.142)	(4.641)
Cobrança jurídica - ISS	14.939	-
Perdas dedutíveis cobrança jurídica - ISS	(398)	-
Perdas dedutíveis cobrança jurídica - Empregados	(275)	-
Perdas dedutíveis cobrança jurídica de terceiros	(92)	-
Perdas dedutíveis ACC	(1.374)	-
Perdas dedutíveis ACF	(722)	-
Perdas não-dedutíveis cobrança jurídica - ISS	(14.541)	-
TOTAL	967	10.557

8.3.1 – Faturas em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 117.223 refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual utilizado para a constituição de Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD nos processos em “Cobrança Jurídica” foi revisado, conforme o CPC 38, baseado nos levantamentos dos acordos judiciais sob responsabilidade da área jurídica que estão sendo cumpridos pelo devedor, bem como os valores de recebimento dos acordos ocorridos até novembro de 2015, estabelecendo um percentual de 99% de PECLD.

As PECLD foram constituídas ao final do exercício, demonstrando um aumento de R\$ 15.189 entre a parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e não dedutíveis, conforme detalhamento a seguir:

PECLD – 2015	
99% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	47.956
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	68.782
Saldo final da PECLD em 31/12/2015	116.738

PECLD – 2014	
97% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	24.389
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	77.160
Saldo final da PECLD em 31/12/2014	101.549

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2015	2014
Saldo Total em 1º de janeiro	101.549	86.059
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(77.160)	(69.012)
- PECLD não dedutível em 1º de janeiro	24.389	17.047
Adições	71.945	14.944
Baixas	(48.378)	(7.602)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	47.956	24.389
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	68.782	77.160
Saldo Total em 31 de dezembro	116.738	101.549

Para fins fiscais, o eventual excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

8.3.2 – Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF: o montante de R\$ 4.284 refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas devido ao descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, os Correios têm ajuizado ações de cobrança. A perda não dedutível de ACF é constituída à base de 77% do saldo da conta inadimplentes ACF e 95% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

8.3.3 – Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 7.349 refere-se a débitos de ex-empregados apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. Mensalmente, é constituída uma perda não dedutível à base de 98% do saldo acumulado na rubrica.

8.3.4 – Cobrança Jurídica de Terceiros: refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. O aumento de R\$ 25.238 refere-se, principalmente, ao direito a receber de multas aplicadas em fornecedores. A perda não dedutível é constituída à base de 100% do saldo registrado nesta rubrica.

8.3.5 – Inadimplentes AGF: refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A perda não dedutível de AGF é constituída à base de 65% do saldo da conta inadimplentes AGF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

8.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2015	2014
Prejuízos a apurar – delitos externos	4.943	6.032
Prejuízos a apurar – delitos internos	20.762	25.158
Perdas não-dedutíveis de prejuízos a apurar	(25.705)	(31.190)
TOTAL	-	-

8.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$ 4.943 e R\$ 20.762 referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face dos Correios pertencerem ao Governo Federal, todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

A perda não dedutível, constituída a base de 100% dos saldos constantes nas contas de prejuízos a apurar delitos internos e externos, deve-se ao fato de ainda estarem em processo de apuração de responsabilidade, não podendo estabelecer certeza quanto ao recebimento.

8.5 – Outros Créditos

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Vale postal internacional - importação	161	161	148	148
Outros débitos de terceiros	20.298	20.298	6.790	6.790
Outros débitos de empregados	10.253	10.253	7.947	7.947
Venda de imóveis funcionais	751	751	508	508
TOTAL	31.463	31.463	15.393	15.393

8.5.1 – Outros Débitos de Terceiros: o montante de R\$ 20.298 refere-se principalmente a multa aplicada a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 66% das multas aplicadas a fornecedores e 99% da diferença entre o valor registrado e a parcela correspondente à multa de fornecedores.

8.5.2 – Outros Débitos de Empregados: o montante de R\$ 10.253 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

8.5.3 – Venda de Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 751 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída anualmente de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal para posterior repasse.

NOTA 9 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

9.1 – Investimentos não permanentes

9.1.1 – Outras Aplicações - DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina os Pronunciamentos Técnicos – CPC 38, 39, 40(R1), OCPC 3 e ICPC 16, que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	2015	2014	
Participações não relevantes		3.516	3.516
FINAM		12.794	12.794
FINOR		15.268	15.268
Perda não-dedutível no investimento		(28.062)	(28.062)
Outros investimentos		895	895
TOTAL		4.411	4.411

9.1.1.1 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR: são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

9.2 – Imóveis Funcionais Vendidos: o valor de R\$ 2 corresponde a resíduo de parcela a venda de imóveis funcionais efetuados em 1991, vencíveis após o exercício seguinte, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90.

9.3 – Tributos Diferidos: Os tributos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos observando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros, conforme disciplina Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12). O IRPJ e CSLL diferidos devem ser classificados no não circulante, mesmo que sua expectativa de realização seja de curto prazo. O detalhamento da movimentação e composição está na Nota 17.2 e 17.3.

9.4 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2015	2014	
Depósitos judiciais		26.026	22.825

Depósitos recursais	16.705	16.659
Depósitos recursais administrativos	65.045	62.155
TOTAL	107.776	101.639

Os valores de R\$ 26.026 e R\$ 16.705 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 65.045 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS referente às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente todos os meses;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo.

As provisões passivas dos processos referentes a estes depósitos estão demonstrados na nota 14.2.

9.5 – Valores a Compensar: o saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte pelo Banco do Brasil S/A, por ocasião da assinatura do contrato do Banco Postal. Face à rescisão contratual, o saldo foi incrementado pelo retorno das parcelas contabilizadas no Ativo Circulante. Os créditos remanescentes serão solicitados à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O saldo é composto principalmente pelos tributos retidos sob os recebimentos decorrentes da parceria entre Correios e Banco do Brasil no negócio - Banco Postal. A rescisão contratual ocasionou a impossibilidade de dedução direta da base de cálculo dos impostos e contribuições a pagar, uma vez que não mais haveria receita tributável originada por este negócio.

Em atenção aos prazos prescricionais dos créditos, os pedidos de restituição/compensação junto à Receita Federal, serão protocolados em 2016.

9.6 – Convênio Postal Saúde: Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PEL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

No entanto, por não haver previsão de ocorrência de situação de insolvência da OPS no curso do exercício subsequente, o referido valor foi reclassificado em 2015 para o Ativo Não Circulante, considerando: a) a natureza jurídica do evento, ou seja, o bem dado em garantia para eventual satisfação de débitos com credores da Caixa de Assistência; b) a impossibilidade de se determinar ou prever possível ocorrência de situação de insolvência da operadora do plano de saúde no curso do exercício subsequente; c) Os valores de responsabilidade dos Correios referente as despesas da Postal Saúde estão provisionados.

9.7 – Outros:

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros créditos a realizar	2.080	571	3.915	3.915

Bens sucateados	-	-	1.350	1.350
Débitos de ex-empregados	1.136	1.136	2.237	2.237
Outros débitos de empregados	739	706	80	80
Ressarcimentos da Correiospar	134	-	-	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	178	-	-	-
TOTAL	4.267	2.413	7.582	7.582

9.7.1 – Outros Créditos a Realizar: do montante de R\$ 2.080 nesta rubrica, R\$ 1.202 refere-se a direito a receber da Correiospar referente a folha de pagamento.

9.7.2 – Bens Sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte que, no exercício de 2015, em face do considerável volume de baixas não foram processados.

9.7.3 – Débitos de ex-empregados: refere-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

9.7.4 – Ressarcimentos da Correiospar: refere-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

9.7.5 – Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar: refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	30.264	-	30.000	-
Museus e coleções	1.001	1.001	1.031	1.031
Imóveis Mantidos para Investimento	528.978	528.978	403.763	403.763
Deprec. de imóveis mantidos para investimento	(3.341)	(3.341)	(1.505)	(1.505)
TOTAL	556.902	526.638	433.289	403.289

10.1 – Investimentos Permanentes

As rubricas: Participações não relevantes, FINAN, FINOR, Perda não-dedutível no investimento e em Outros investimentos, classificadas em 2014 como Investimentos Permanentes foram reclassificadas para Ativo Não-Circulante Realizável a Longo Prazo, nota 9.1.1, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina os Pronunciamentos Técnicos – CPC 38, 39, 40(R1), OCPC 3 e ICPC 16, que tratam de Instrumentos Financeiros.

10.1.1 – Imóveis Mantidos para Investimentos: Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 2.10.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências entrada ²	Transferências saídas	Depreciação/Amortização	Valor Líquido em 31/12/2015 ¹
Terrenos cedidos/alugados	65.807	-	-	6.798	-	-	72.605
Prédios cedidos/alugados	6.426	-	-	1.081	-	(1.392)	6.115
Instalações cedidas/alugadas	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos desocupados	315.539	-	(7.838)	120.418	(113)	-	428.006
Prédios desocupados	14.249	-	(167)	5.085	(190)	(90)	18.887
Instalações desocupadas	237	-	-	618	(831)	-	24
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	402.258	-	(8.005)	134.000	(1.134)	(1.482)	525.637

(1) O valor líquido em 31/12/2015 corresponde ao valor líquido de 31/12/2014 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

(2) Transferências entrada impactadas pela reclassificação de Terrenos (Nota 11) para Terrenos cedidos/alugados e Terrenos desocupados, e de Prédios (Nota 11) para Prédios cedidos/alugados e Prédios desocupados.

10.2 – Correiospar: Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante foi integralizado em 02 de dezembro de 2014, para sua constituição, o valor de R\$ 30.000 em depósito vinculado no Banco do Brasil, em favor da subsidiária, atendendo o disposto no art.80, incisos II e III, da Lei nº 6.404/76.

Durante o exercício de 2015 a Correiospar apresentou um lucro proveniente das aplicações financeiras de R\$ 346 mil, gerando dividendo mínimos obrigatórios de R\$ 82 mil que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 2.10.

Rubrica	Saldo 31/12/2014	em Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo 31/12/2015	em
Terrenos	3.822.721	124	-	112	(126.462)	-	3.696.495	
Prédios	1.423.405	314	-	11.756	(6.756)	(42.722)	1.385.997	
Instal. em Prédios Próprios	2.065	82	-	25.227	(3.587)	(4.937)	18.850	
Benfeit. em Imóveis de Terc.	29.378	365	(45)	20.955	(325)	(15.699)	34.629	
Obras em Andamento	178.316	78.557	(1.471)	441	(59.148)	-	196.695	
Subtotal De Imóveis	5.455.885	79.442	(1.516)	58.491	(196.278)	(63.358)	5.332.666	
Moveis e Utensílios	232.371	43.761	(2.272)	6.882	(7.193)	(36.492)	237.057	
Maquinas e Equipamentos	186.928	40.135	(1.304)	12.520	(20.406)	(24.871)	193.002	
Veículos Motorizados	517.925	98.335	(872)	1.246	(1.246)	(64.066)	551.322	
Veículos não Motorizados	8.603	870	(266)	146	(146)	(2.134)	7.073	
Ferramentas e Instrumentos	1.432	97	(13)	19	(13)	(905)	617	
Equip. Processamento de Dados	151.996	100.685	(152)	23.421	(10.287)	(48.732)	216.932	
Aquisições em Andamento	5.753	88.283	-	-	-	-	94.036	
Subtotal De Móveis	1.105.008	372.167	(4.880)	44.234	(39.291)	(177.200)	1.300.039	
TOTAL IMOBILIZADO	6.560.893	451.609	(6.396)	102.725	(235.569)	(240.558)	6.632.705	

(1) O valor líquido em 31/12/2015 corresponde ao valor líquido de 31/12/2014 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

(2) Transferências saída impactadas pela reclassificação de Terrenos para Terrenos cedidos/alugados e Terrenos desocupados (Nota 10), e de Prédios para Prédios cedidos/alugados e Prédios desocupados (Nota 10).

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.12.

Rubrica	Valor Líquido 31/12/2014	em Adições	Baixas	Transferência entrada	Transferência saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/2015 ¹
Software, Licenc. Similares	103.498	38.330	-	2.597	(2.597)	(28.485)	113.343

TOTAL INTANGÍVEL	103.498	38.330	-	2.597	(2.597)	(28.485)	113.343
-------------------------	----------------	---------------	----------	--------------	----------------	-----------------	----------------

O valor líquido em 31/12/2015 corresponde ao valor líquido de 31/12/2014 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE

13.1 – Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte. O aumento de R\$ 437.104 em relação ao exercício anterior deve-se principalmente ao provisionamento de R\$ 280.067 das despesas da Postal Saúde e R\$ 123.457 em outras despesas como a Rede Postal Noturna, Propaganda e Publicidade e Mão de Obra Temporária.

13.2 – Salários e Consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	16.181	16.181	10.476	10.476
INSS - Empregado	40.383	40.383	40.693	40.693
Postalís (BD) - Empregado	1.942	1.942	3.940	3.940
Postalís (PostalPrev) - Empregado	24.576	24.576	47.195	47.195
Retenção SEST/SENAT	2	2	3	3
Férias	1.014.506	1.014.506	970.780	970.780
Honorários	-	32	-	-
TOTAL	1.097.590	1.097.622	1.073.087	1.073.087

O aumento de R\$ 24.503 neste grupo deve-se, principalmente, a concessão da gratificação do acordo coletivo de trabalho 2015/2016 no valor fixo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) que produz reflexos sobre o pagamento das férias e outras rubricas de caráter pessoal.

O decréscimo de R\$ 1.998 e R\$ 22.619 nas rubricas Postalís BD e Postalís (Postalprev) respectivamente ocorreu em função do pagamento em dezembro/2015 da parcela apropriada referente ao 13º salário, ficando em aberto o valor correspondente a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2015. Em 2014 o pagamento relativo a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2014 e 13º salário de 2014 foi paga em janeiro/2015.

13.3 – Encargos Sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais. O decréscimo na comparação com 2014 decorre, principalmente, da redução nos encargos com a PostalPrev - empregador.

ENCARGOS SOCIAIS	2015	2014
INSS - empregador	122.336	116.967
Postalis - empregador	2.017	4.005
SENAI adicional	900	892
Salário educação	11.234	11.151
FGTS	53.451	52.563
INSS - contribuinte individual	338	323
INSS - cooperativas	1	286
PostalPrev - empregador	22.820	44.549
TOTAL	213.097	230.736

O decréscimo de R\$ 1.988 e R\$ 21.729 nas rubricas Postalis e Postalprev empregador, respectivamente, ocorreu em função do pagamento em dezembro/2015 da parcela apropriada referente ao 13º salário, ficando em aberto o valor correspondente a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2015. Em 2014 o pagamento relativo a apropriação da folha de pagamento de dezembro/2014 e 13º salário de 2014 foi paga em janeiro/2015.

13.4 – Impostos e Contribuições: correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, às contribuições do PIS e da Cofins sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2015	2014
INSS Empresas - retenção fonte	6.633	6.753
INSS retenção - contribuinte individual	166	162
Cofins	52.197	46.091
Pasep	11.189	9.992
ICMS	2.556	3.986
ISSQN - retido de terceiros	5.740	6.370
IRF - retido de empregados	44.224	44.033
IRF - retido de terceiros	2.727	2.116
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	28.689	32.173
Outras obrigações tributárias	129	29

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2015	2014
TOTAL		154.250
		151.705

13.4.1 – IRPJ/CSLL: Em face do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2015, não há exigibilidade tributária referente ao IRPJ e a CSLL.

13.5 – Arrecadações e Recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	2015	2014
Emissão vale postal nacional		8.415
	10.786	
Vale postal internacional - importação		303
	291	
Vale postal internacional - exportação		624
	70	
Reembolso postal – entrega		260
	85	
Venda de título de capitalização		1.538
	1.651	
Venda de produtos de terceiros e consignados		511
	402	
Recebimento de contas – serviços públicos		44
	24	
Recebimento de contas – serviços particulares		71
	63	
Recebimento para o Postalis		31.464
	31.538	
Recebimento de imposto de importação		10.796
	11.605	
Serviços virtuais		188
	259	
Certificado digital		2.436
	1.690	
Outros recebimentos/arrecadações		107
	131	
TOTAL	58.595	56.757

13.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional: o valor de R\$ 10.786 corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

13.5.2 – Recebimento para o Postalis: refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis – dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

13.5.3 – Recebimento de Imposto de Importação: refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

13.5.4 – Certificado Digital: refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

13.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados: referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc. A redução de R\$ 109, em comparação a 2014, deve-se, principalmente, à venda de cartões telefônicos registrados como produtos em consignação.

13.6 – Adiantamentos de Clientes: refere-se principalmente a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de dezembro.

13.7 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 104.460 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e cias. aéreas em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2014 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

13.8 – Precatórios Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2015 equivale às obrigações vencíveis em 2016.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	2015	2014	
Precatórios (Circulante)		87.840	80.134
TOTAL		87.840	80.134

13.9 – Empréstimos e Financiamentos: as obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, foram quitadas sendo paga a última parcela relativa ao Financiamento JBIC, no dia 14/12/15. Os pagamentos relativos ao ano de 2015 estão discriminados, na tabela a seguir:

Financiamento JBIC	19ª Parcela - Paga em 12/06/2015	20ª Parcela - Paga em 14/12/2015
Amortização	1.642	2.047
Juros	34	22
Comissão BB Grand Caymann	3	2
TOTAL	1.679	2.071

A garantia do Contrato de Outorga de Contra garantia nº. 10.322, celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e os CORREIOS, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencido em 12/12/2015), teve o Banco do Brasil como o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco fosse o garantidor das operações, os CORREIOS pagou comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda deixou bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extra mercado 13B.

13.10 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: dos R\$ 29.667 registrados nesta rubrica, R\$ 2.624 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, R\$ 1.071 à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, R\$ 772 refere-se a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, R\$ 1.450 relativos à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis, em 2012, 2013 e 2014 R\$ 23.750 refere-se a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

13.11 – Receitas a Apropriar: do montante de R\$ 17.537, registrado nesta rubrica, R\$ 17.065 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2016; e R\$ 472 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios. A redução de R\$ 1.395 em relação ao exercício de 2014, deve-se a transferência deste saldo para obrigação financeira a pagar em função do Distrato do Banco Postal com o Banco do Brasil.

13.12 – Obrigações Financeiras a Pagar:

Com a promulgação da Lei nº 12.490/11 e do Decreto 7.483/11, o estatuto social dos Correios foi amplamente modificado, permitindo constituir subsidiárias ou adquirir controle ou participação acionária em sociedades empresárias, podendo, assim desenvolver novos negócios relacionados com o seu objeto social da forma mais ampla, permitindo inclusive a exploração de serviços financeiros.

Esse evento fez rever o acordo firmado em 2011 entre os Correios e o Banco do Brasil, a fim de estabelecer novas bases para uma parceria de longo prazo entre as instituições, ampliando as atividades desenvolvidas pelo Banco Postal. Como resultado, ocorreu a rescisão contratual, cuja assinatura do Distrato estava condicionada a constituição do Contrato de Correspondente - Banco Postal - e Outras Avenças que garantisse a continuidade e ampliação dos serviços prestados pelo Banco Postal.

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$ 405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado a assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Em 02/01/2015, foi realizado o pagamento da primeira parcela de R\$ 662.014, faltando duas parcelas consecutivas e anuais, com vencimento estabelecido em 02/01/2016 e 02/01/2017, no qual o valor de cada parcela será corrigido monetariamente pela taxa Selic, considerando-se o período compreendido entre a data do Distrato e o efetivo pagamento da parcela. Nestes termos, a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL					
Saldo da Obrigação Líquida em Dez/14	Amortização da dívida	Despesa do exercício	Saldo da Obrigação Líquida em Dez/15	Despesa apropriar*	^a Dívida Total
1.675.316	(662.014)	337.761	1.351.063	148.585	1.499.649

* Refere-se às parcelas restantes da atualização monetária de R\$ 405.233

O Contrato de Correspondente - Banco Postal - e Outras Avenças, prevê em cláusula específica que a rescisão deste instrumento por vontade ou descumprimento contratual por parte do Banco do Brasil desobrigaria os Correios do pagamento dos custos do Distrato que ainda não houvessem sido quitados. No entanto, caso a rescisão imotivada, seja pela vontade ou responsabilidade dos Correios, a antecipação do pagamento deverá ocorrer em até 30 dias corridos da data do evento.

Dessa forma, considerando o princípio da confrontação da Receita com a Despesa e da possibilidade de não pagamento dos custos da operação devidos na eventual rescisão, os juros já transcorridos não foram reconhecidos na sua totalidade no exercício de 2014.

Destarte, a política contábil adotada pelos Correios, ensejou no reconhecimento de um valor de “obrigação financeira a pagar”, distinto daquele registrado como “direitos recebíveis dos Correios”, nas Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil.

Nesse entendimento, o montante da dívida reconhecida na contabilidade dos Correios, corresponde aos valores líquidos a serem devolvidos, sendo a diferença entre o valor principal e o total a pagar ao Banco do Brasil tratada como encargos financeiros, à luz dos preceitos do pronunciamento técnico CPC 38.

13.13 – Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2015	2014
Serviço Saúde	-	48.797
Saúde Ocupacional	8.413	4.694
Ressarcimento de Despesas Administrativas	1.796	-
Ambulatórios	10.423	-
TOTAL	20.632	53.491

13.14 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2015	2014
Convênio Sesi/Senai	5.280	6.183

Caução de fornecedores	17.827	20.187
Outros créditos diversos	2.969	2.471
Valores a regularizar	3.582	7.006
Outros	767	1.003
TOTAL	30.425	36.850

13.14.1 – Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 5.280 refere-se parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao Sesi/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

13.14.2 – Caução de Fornecedores: o valor de R\$ 17.827 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

14.1 – Benefício Pós-Emprego

14.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individuais e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego		
Descrição	2015	2014
CorreiosSaúde	5.917.519	6.214.526
Postalís – BD	1.619.721	1.783.629
Total da obrigação atuarial*	7.537.240	7.998.155

*Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 2.016 em 2015, registrados na conta Postalís – Empregador em encargos sociais.

Os benefícios são disponibilizados à empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

14.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postal e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custos dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

14.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postal. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

- **Postal – BD**

O Plano de Benefício Definido do Postal foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O plano de benefício definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

14.1.1.3 – Quantidade de participantes

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES DOS PLANOS								
Descrição	2015				2014			
	Ativos	Assistidos	Dependente	Total	Ativos	Assistidos	Dependente	Total
CorreiosSaúde	121.450	21.933	270.791	414.174	126.408	16.722	274.102	417.232
PostalPrev - CV	107.667	2.939	-	110.606	110.865	2.438	-	113.303
Postalis - BD	72.259	24.814	-	97.073	76.702	23.111	-	99.813

14.1.1.4 - Análise de Riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre os Correios e participantes e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2006.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em títulos públicos, quotas de fundos de investimentos (curto prazo, renda fixa, ações, direitos creditórios, participações e imobiliário), entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

14.1.1.5 - Avaliação Atuarial

Em 2015, a empresa GAMA – Consultores associados foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CFC nº 1425/2013, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

14.1.1.6 - Principais Premissas

As principais premissas usadas na avaliação atuarial, considerando a base dados coletada em novembro de 2015, foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Financeiras:						
Taxas de juros de desconto atuarial anual	19,31%	13,72%	19,31%	13,72%	19,31%	13,71%
Taxas de juros real de desconto atuarial anual	7,22%	6,32%	7,22%	6,32%	7,22%	6,32%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	15,13%	6,96%	11,28%	6,96%
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	11,28%	6,96%	11,28%	6,96%
Taxa média de inflação anual	11,28%	6,96%	11,28%	6,96%	11,28%	6,96%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	19,31%	13,72%	19,31%	13,71%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento	2,52%	vetor de custos por faixa etária	-	-	-	-
Taxa de crescimento real dos custos por aumento nos valores dos procedimentos.	1,81% a.a.	2% a.a.	-	-	-	-
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	2,81% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	2,81% até 48 anos e 0% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	0,80% até 48 anos e 0% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F

PREMISSAS ATUARIAIS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 M(A65%) F(A75%)	AT 49 (Agravada em 50%)			
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento

Composição familiar para custos de pensão:

Participantes/aposentados	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Hx pelo do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Hx pelo do plano			

Principais hipóteses e parâmetros:

Taxa de juros de desconto	19,31% a.a.	13,72% a.a.	19,31% a.a.	13,72% a.a.	19,31% a.a.	13,71% a.a.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M F					
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	1,81% a.a.	2% a.a.	-	-	-	-

Para o CorreiosSaúde, foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

14.1.1.7 - Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Custo do serviço:						
Custo de serviço corrente líquido	(213.264)	(187.534)	(5.961)	(269.924)	47.473	45.379

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalís - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Custo de juros líquido	(852.633)	(758.396)	5.782	(3.506)	(489.071)	(285.864)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.065.897)	(945.930)	(179)	(273.430)	(441.598)	(240.485)
Remensurações do plano de benefício definido:						
Ganhos e perdas sobre o ativo justo	-	-	(39.875)	(136.328)	(585.508)	(1.013.590)
Reversão da provisão de RTSA	-	-	-	-	-	(1.086.098)
Ganhos e perdas sobre a obrigação atuarial de benefício definido:						
- Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	322.462	815.988	6.891	212.284	511.624	(49.855)
- Ganhos e perdas resultantes da alteração de pressupostos Financeiros	967.954	(209.765)	37.746	(2.331)	885.264	(92.916)
- Ganhos e perdas resultantes de alteração de pressupostos demográficos	(91.536)	-	(16.713)	-	(103.696)	-
Mudança da restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	(163.909)	1.146.121
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	-	-
Mudança do teto do ativo	-	-	(54.027)	-	-	-
Efeito do não reconhecimento em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes	1.198.880	606.224	(65.977)	73.625	543.775	(1.096.338)
Total dos componentes de custo do plano de benefício definido	132.983	(339.707)	(66.156)	(199.805)	102.177	(1.336.823)

14.1.1.8 – Status do Fundo e Passivo/Ativo Reconhecidos

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalís - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Status do plano de benefícios:						
Valor presente da obrigação atuarial	(5.917.519)	(6.214.526)	(366.184)	(2.674.685)	(8.325.253)	(8.719.528)

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	1.619.721	1.783.629
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(5.917.519)	(6.214.526)	(366.184)	(2.674.685)	(6.705.532)	(6.935.899)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	-	462.352	2.716.826	5.085.811	5.152.269
Passivo/ativo líquido: Status do plano de benefícios: Déficit/Superávit	(5.917.519)	(6.214.526)	96.168	42.141	(1.619.721)	(1.783.630)
(-) Efeito da restrição sobre o ativo	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade líquida decorrente da obrigação do plano de benefício	(5.917.519)	(6.214.526)	96.168	42.141	(1.619.721)	(1.783.630)
Movimentação do passivo/ativo reconhecido no balanço:						
Passivo/ativo reconhecido no início do período	(6.214.526)	(6.052.646)	-	(27.978)	(1.783.630)	(1.654.911)
Reversão da provisão da RTSA	-	-	-	-	-	1.086.098
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	164.024	177.826	66.156	269.924	61.732	122.006
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.065.897)	(945.930)	(179)	(273.429)	(441.598)	(240.485)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	1.198.880	606.224	(65.977)	73.624	543.775	(1.096.338)
Passivo/ativo reconhecido no final do período	(5.917.519)	(6.214.526)	-	42.141	(1.619.721)	(1.783.630)
Apuração do efeito do limite do teto de ativo (asset ceiling)						
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	-	-	96.168	42.141	-	-
Apuração do efeito do compartilhamento de risco pelos participantes e assistidos do plano:						
Valor presente das contribuições extraordinárias de amortização do déficit	-	-	-	-	1.619.721	1.783.630
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (participantes e assistidos)	-	-	-	-	1.619.721	1.783.630

14.1.1.9 - Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período *	(6.214.526)	(6.052.646)	(314.203)	(2.239.949)	(8.719.528)	(7.870.139)
Custo de juros	(852.633)	(758.396)	(43.108)	(280.666)	(1.195.405)	(981.406)
Custo de serviço corrente	(213.264)	(187.534)	(53.537)	(589.213)	(16.737)	(15.065)
Benefícios pagos pelo plano	164.024	177.826	16.740	192.420	313.225	284.922
Despesa administrativa paga pelo plano	-	-	-	32.770	-	4.931
Remensurações de ganhos/perdas atuariais:	1.198.880	606.224	27.924	209.953	1.293.192	(142.771)
Decorrentes de ajuste de experiência	322.462	815.988	6.891	212.284	511.624	(49.855)
Decorrentes de alterações de premissas biométricas	(91.536)	-	(16.713)	-	(103.696)	-
Decorrente de alterações de premissas financeiras	967.954	(209.765)	37.746	(2.331)	885.264	(92.916)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período**	(5.917.519)	(6.214.526)	(366.184)	(2.674.685)	(8.325.253)	(8.719.528)

* Referente aos participantes e assistidos vinculados à Empresa patrocinadora do plano.

** O valor reconhecido pelos Correios em 2015, a título de Postalis – PB, e conciliado com o Postalis apresenta a seguinte composição: CPC 33 (R1) R\$ 8.325.253, Impacto da redução da taxa de juros R\$ 1.915.702, alteração do método de financiamento R\$ 598.311 que totalizam o PBD Postalis – Balancete base Nov/15 no valor de R\$10.839.266.

14.1.1.10 – Descrição da Política de Investimentos

A política de investimentos do Fundo é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. A meta do plano a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,45% a.a. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- Taxa esperada de retorno;
- Preservação de capital;
- Diversificação;
- Tolerância a risco;
- Estabilidade;

- f) Liquidez; e
g) Regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

14.1.1.11– Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

A taxa de desconto atuarial foi definida considerando a *duration* do Plano apurada para fins de Avaliação Atuarial em atendimento a Deliberação CVM 695/12, posicionada em 31/12/2015, no valor de 14,47 anos, ocasionando na definição da taxa no percentual de 7,22%.

14.1.1.12 – Conciliação do Valor Justo dos Ativos do Plano

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano:

Descrição	CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO					
	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano no início do período	-	-	356.344	2.211.971	5.152.269	5.577.720
Receita de juros	-	-	48.890	277.160	706.334	695.542
Contribuições do patrocinador	164.024	177.826	66.156	269.924	61.732	122.006
Contribuições dos participantes	-	-	47.576	319.290	64.210	60.444
Benefícios pagos pelo plano	(164.024)	(177.826)	(16.740)	(192.420)	(313.225)	(284.922)
Despesas administrativas do plano	-	-	-	(32.770)	-	(4.931)
Ganhos/perdas sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	-	-	(39.875)	(136.329)	(585.508)	(1.013.590)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	-	462.352	2.716.826	5.085.811	5.152.269

14.1.1.13 - Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeira do final do período.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
CorreiosSaúde							
Valor presente da obrigação atuarial	6.112.022	5.724.452	5.723.587	6.122.009	6.128.735	5.716.794	5.917.519
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do plano	(6.112.022)	(5.724.452)	(5.723.587)	(6.122.009)	(6.128.735)	(5.716.794)	(5.917.519)
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	3,3%	-3,3%	-3,3%	3,5%	3,6%	-3,4%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	3,3%	-3,3%	-3,3%	3,5%	3,6%	-3,4%	-
PostalPrev – CV							
Valor presente da obrigação atuarial	359.201	373.659	356.883	375.967	N/A	N/A	366.184
Valor justo dos ativos do plano	462.352	462.352	462.352	462.352	N/A	N/A	462.352
Superávit/Déficit do plano	103.151	88.693	105.469	86.385	N/A	N/A	96.168
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	-1,9%	-2,0%	-2,5%	2,7%	N/A	N/A	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	7,3%	-7,8%	9,7%	-10,2%	N/A	N/A	-
Postalis – BD							
Valor presente da obrigação atuarial	8.419.144	8.227.262	8.107.107	8.553.622	N/A	N/A	8.325.253
Valor justo dos ativos do plano	5.085.811	5.085.811	5.085.811	5.085.811	N/A	N/A	5.085.811
Superávit/Déficit do plano	(3.333.336)	(3.141.451)	(3.021.296)	(3.467.811)	N/A	N/A	(3.239.442)
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,1%	-1,2%	-2,6%	2,7%	N/A	N/A	-

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	2,9%	-3,0%	-6,7%	7,0%	N/A	N/A	-

14.1.1.14 - Projeção de Receitas, Despesas e Pagamentos para 2016

As receitas, despesas e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2016			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Montantes de:			
Custo do serviço corrente líquido	(159.220)	45.306	(14.455)
Custo de juros líquido	(1.118.074)	-	(306.003)
Total da despesa/receita a reconhecer	(1.277.294)	45.306	(320.458)

14.2 – Passivos Contingentes: os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de Construção Civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2015, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

14.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo 31/12/2015	em Valor perda remota	alterado possível	p/ ou	Valor convertido em precatório	Provisões adicionais	Valor alterado ¹	Atualização monetária	Registro Complementar	Saldo 31/12/2014 Reapresentado	em
DEMANDAS JUDICIAIS											
Trabalhista	394.502	(9.476)			(25.655)	199.399	2.531	30.346	(181.382)	378.740	
Civil	26.033	(151.613)			(23.975)	1.021	8	(1.735)	143.339	58.986	
Tributária	18.370	(1.925)			-	2.814	-	7.976	-	9.506	
TOTAL	438.905	(163.014)			(49.630)	203.234	2.539	36.587	(38.043)	447.232	
DEMANDAS ADMINISTRATIVAS											
Trabalhista	-	(27)			-	-	-	-	-	27	
Civil	32	-			-	-	-	5	-	27	
Tributária	2	(163)			-	2	-	-	-	163	
TOTAL	34	(190)			-	2	-	5	-	217	

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 9.4.

Em 31/12/2015, os Correios eram réus em 6.809 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Manhães Advogados Associados	Cível Recebimentos de honorários sucumbenciais	5.652
Tiefbau-Engenharia	Cível Correção monetária de faturas	4.945

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Evandro Jose Junqueira da Silva e outros	Trabalhista Progressão salarial	4.655
Nilton Wagner Segundo Santos	Trabalhista Reintegração	5.937
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços e implantação na folha de pagamento	30.684
Roberto Mascarenhas das Virgens	Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	6.465
Alexandrino Aparecido Alves	Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	4.074
INSS	Fiscal Contribuição Previdenciária, multa e juros	2.876

14.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

14.2.2.1 – Perda Possível

Em 31/12/2015, Os Correios eram réu em outros 17.106 processos judiciais nas esferas cível, fiscal, trabalhista e criminal com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante atualizado é de R\$ 2.126.447, bem como em mais 1.282 processos do âmbito administrativo, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 3.239.124. De acordo com o CPC nº 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

14.3 – Tributos Compensados: O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa quitar débitos por meio de compensação tributária em 2014.

	2015	2014
Tributos Compensados	10.911	10.639
TOTAL	10.911	10.639

14.4 – Tributos Diferidos: Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. Foram considerados também passivos diferidos sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização.

	2015	2014
Tributos Diferidos	1.755.386	1.737.834
TOTAL	1.755.386	1.737.834

14.5 – Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2015 equivale às obrigações vencíveis em 2016:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2015	2014
Precatórios (Não-Circulante)	38.163	15.077
TOTAL	38.163	15.077

NOTA 15– PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 – Composição Acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 3.179.458	<p>Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095.</p> <p>O estatuto dos Correios, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, informava o Capital Social de R\$ 1.868.964.</p> <p>A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011.</p> <p>A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atingisse o montante de R\$ 2.264.968.</p>

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
	<p>Em 2012 foi proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reservas de investimento realizadas no decorrer do decorrer do exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), majorando o Capital Social para R\$ 2.683.529. Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21/03/2013 e ratificado na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 19/04/2013. Decisão de adiamento, para ulterior Assembleia, da proposta de aumento do capital social, conforme parecer da STN nos termos da 3ª Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>No exercício de 2013 foi publicado novo estatuto, aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, informando o Capital Social dos Correios de R\$ 2.070.231.</p> <p>Em 2013, juntamente com as Demonstrações Financeiras, houve a capitalização de R\$ 495.929, oriundos de reservas de investimento, fazendo com que o Capital Social seja de R\$ 3.179.458.</p> <p>Em 2014, a 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, delibera pela aprovação do aumento do capital social, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras de 2013.</p> <p>No exercício de 2015, em função da absorção do prejuízos do exercício, não há proposta de aumento de Capital Social. O valor do Capital está em processo de atualização no estatuto.</p>

15.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial: valores correspondentes a adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	2015	2014
Custo Atribuído - Imóveis	4.961.407	5.003.928
Tributo Diferido	(1.685.776)	(1.707.818)
TOTAL	3.275.631	3.296.110

15.3 – Reservas de Lucros

15.3.1 – Reserva Legal: a reserva foi totalmente utilizada no exercício de para absorver parte do prejuízo do exercício gerado conforme determina a Lei 6.404/76.

15.3.2 – Reserva de Lucros a Realizar: devido à reversão proporcional do IRPJ/CSLL diferidos sobre diferenças temporárias pertinentes a exercícios anteriores a 2011, houve a realização de R\$ 23 milhões no saldo desta rubrica. Em contrapartida, o valor realizado foi destinado para Lucros Acumulados e o excedente absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados.

Lucros a Realizar em 31/12/2014	33.934
--	---------------

Lucros a Realizar em 31/12/2014	33.934
Contingências Trabalhistas	(20.715)
Provisão para débitos de ACF	(1.583)
Outras provisões	(958)
Lucro Realizado	(23.256)
Absorção de parte do prejuízo do exercício	(10.678)
Lucros a Realizar em 31/12/2015	-

15.4 – Outros Resultados Abrangentes: valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2015	2014
Passivo atuarial líquido – BD	(1.121.756)	(1.665.532)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – BD	381.397	566.281
Passivo atuarial líquido – Correios saúde	(3.379.472)	(4.578.350)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – Correios saúde	1.149.021	1.556.639
Passivo atuarial líquido – POSTALPREV	(65.977)	-
TOTAL	(3.036.788)	(4.120.962)

15.5 – Prejuízos Acumulados: o prejuízo do exercício de R\$ 2.121.238 foi absorvido parcialmente com as reservas de lucro, conforme estabelece Lei 6.404/76, resultando um prejuízo acumulado de R\$ 1.955.714.

NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

16.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

2015

2014

	2015	2014
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	17.781.647	16.658.797
Receitas Nacionais	17.346.424	16.236.998
Receitas Internacionais	435.223	421.799
(-) DEDUÇÕES	642.919	603.778
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	626.607	592.736
Receitas canceladas	16.312	11.042
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	17.138.728	16.055.019

Em 2015 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 17.138.728. Levando-se em consideração os nove maiores destaques nas vendas, que alcançam 87% da receita líquida, no qual o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 48% da receita do período.

No decorrer do exercício de 2015, alguns serviços foram reclassificados para outros segmentos, visando melhor enquadramento da característica de cada serviço ao respectivo grupo, razão pela qual os valores de 2014 foram rerepresentados para efeito de comparabilidade.

RECEITAS	2015	(%)	2014 Reapresentado	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	5.148.657	30%	4.809.942	30%
Sedex	3.037.098	18%	3.163.198	20%
Carta	2.519.066	15%	2.406.288	15%
PAC Contrato	1.250.170	7%	915.102	6%
Banco Postal	1.164.351	7%	804.298	5%
Mala Direta Postal	570.188	3%	640.080	4%
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	366.599	2%	469.066	3%
E-Sedex	536.425	3%	432.565	3%
PAC à vista	335.746	2%	354.144	2%
TOTAL	14.928.300	87%	13.994.683	88%

16.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2015 atingiram R\$ 14.611.729. Desse total, R\$ 9.633.454 referem-se a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

16.3 – Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 1.204.293.

16.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$3.754.792 sendo que a despesa de R\$ 3.753.241 refere-se à Controladora e R\$ 1.551 refere-se à Controlada.

16.5 – Resultado de participação em controlada

Representa valor decorrente do resultado da Correiospar no exercício de 2015.

16.6 – Outras Receitas Operacionais

	2015	2014
Luvas - Banco Postal	-	235.487
Despesas recuperadas	58.160	87.117
Multas de fornecedores	106.426	60.138
Atividades não continuadas	23.406	31.119
Multas de clientes	43.269	29.224
Anuidade de ACF's	10.490	10.125
Outras	6.376	3.210
TOTAL	248.127	456.420

16.6.1 – Despesas Recuperadas: referem-se as despesas recuperadas no exercício de 2015.

16.7 – Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	2015	2014
Impostos vinculados à receita	158.766	148.797
Prejuízos na alienação de bens	11.440	2.993
TOTAL	170.206	151.790

16.8 – Receitas Financeiras

O aumento no total do grupo deve-se, principalmente, à variação cambial internacional que, em 2015, foi impactada pela variação do dólar que gerou um crescimento de R\$ 313.127 em relação ao ano anterior.

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	366.599	368.845	469.066	469.066
Varição Cambial Internacional	393.499	393.499	80.372	80.372
Juros	37.320	37.320	18.440	18.440
Varição Monetária	18.597	18.597	10.443	10.443
Outras Receitas Financeiras	8.256	8.256	9.784	9.784
Varição Cambial Financiamentos	647	647	799	799
TOTAL	824.918	827.164	588.904	588.904

16.9 – Despesas Financeiras

O aumento de R\$ 251.372 neste grupo deve-se, principalmente, pelos juros gerados com o Distrato do Banco Postal e variação do dólar.

	2015		2014	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos Financiamento dívida interna	337.896	337.906	216.228	216.228
Varição Cambial	194.321	194.321	48.068	48.068
Perdas em Aplicações Financeiras	7.397	7.397	24.703	24.703
Outras	14.680	14.680	13.923	13.923
TOTAL	554.294	554.304	302.922	302.922

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

17.1 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o tributo corrente e diferido, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL	2015		2014 Reapresentado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	(2.081.644)	(2.081.401)	(13.445)	(13.445)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(116.453)	(116.453)	(13.814)	(13.814)
Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)	(2.198.097)	(2.197.854)	(27.259)	(27.259)
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(747.353)	(747.286)	(9.268)	(9.268)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	7.985	8.116	(6.347)	(6.347)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	12.204	12.204
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	611.887	611.933	(122.134)	(122.134)
Adições	2.963.021	2.963.067	1.593.712	1.593.712
Exclusões	(2.351.134)	(2.351.134)	(1.715.846)	(1.715.846)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	(127.480)	(127.237)	(125.544)	(125.544)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	243	6.864	6.864
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.594	39.594	-	-

Apesar da reapresentação do lucro de 2014, o qual passa ao status de prejuízo contábil devido à contabilização de provisões, que produziram impacto direto para constituição de tributos diferidos em 2014, a administração no exercício de 2015 não efetuou nenhum ajuste no saldo dos ativos diferidos de IRPJ e CSLL, por entender que não há perspectiva de lucro tributável futuro para compensar o incremento destes ativos, ocasionado pela reapresentação dos resultados de 2014.

Por essa razão, os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos, permanecem no quadro acima, os mesmos de 2014, antes da reapresentação, uma vez que a consideração dos ajustes mudaria os saldos publicados para o valor de R\$ 3.411 ao invés de R\$ 6.684. Outras informações encontram-se na nota 17.2.

17.2 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
Ativos de Impostos Diferidos				

Tributos Diferidos	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	210.024	127.480	0	337.504
Contingências Trabalhistas	66.893	102.157	(34.919)	134.131
Contingências Cíveis	18.973	5.290	(15.401)	8.862
Fornecedores Provisão	135.248	2.398.281	(2.261.429)	272.100
Reservas a Amortizar Déficit BD – Postalis	38.791	129.831	0	168.622
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	556.299	306.637	0	862.936
Outras Contingências	112.737	118.272	(74.330)	156.679
Ajustes RTT				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - <i>Impairment</i>	167	-	-	167
Perda por Valor Recuperável Prédio - <i>Impairment</i>	17.159	-	-	17.159
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	485	-	-	485
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.156.776	3.187.948	(2.386.079)	1.958.645
Passivos de Impostos Diferidos				
Ajustes RTT				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	30.016	39.594	-	69.610
Total de Passivos de Impostos Diferidos	-	39.594	0	69.610

Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Dessa forma, para o ano de 2015 apesar de haver base para constituição de ativos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal de IRPJ e sobre a base negativa de CSLL em um montante de R\$ 800 milhões, as projeções de resultado para os próximos exercícios são suficientes apenas para suportar a perspectiva de realização dos saldos existentes até 31/12/2014.

As incertezas quanto ao cenário macroeconômico do país, sedimentam a decisão por não constituir ativos diferidos no exercício de 2015, bem como nenhum incremento relativo a rerepresentações de exercícios anteriores, uma vez que as projeções podem oscilar significativamente. Dessa forma, permanecem no balanço de 2015, os saldos de ativos de tributos diferidos constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais até 31/12/2014, conforme quadro a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
---------------------------	-------------------	---------------------	-----------------	-------------------

Tributos Diferidos	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
Ativos de Impostos Diferidos				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	210.024	-	-	210.024
Contingências Trabalhistas	66.893	-	-	66.893
Contingências Cíveis	18.973	-	-	18.973
Fornecedores Provisão	135.248	-	-	135.248
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalis	38.791	-	-	38.791
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	556.299	-	-	556.299
Outras Contingências	112.737	-	-	112.737
Ajustes RTT				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	167	-	-	167
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	17.159	-	-	17.159
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	485	-	-	485
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.156.776	-	-	1.156.776
Passivos de Impostos Diferidos				
Ajustes RTT				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	30.016	39.594	-	69.610
Total de Passivos de Impostos Diferidos	-	39.594	-	69.610

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sobre o prejuízo fiscal do IRPJ, a base negativa da CSLL e as diferenças temporárias serão realizados nos próximos exercícios conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valores
2016	-
2017	-
2018	63

Ano	Valores
2019	185
2020	291
2021	438
Total do Diferido	977

As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração, quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante ativo fiscal diferido.

17.3 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido:

Foram constituídos tributos diferidos ativos e passivos sobre outros resultados abrangentes e sobre os ajustes de avaliação patrimonial no PL, em decorrência da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme demonstração a seguir:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/2014	Constituição	Reversão	31/12/2015
Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:				
Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	1.556.640		(407.619)	1.149.021
Benefício Pós emprego Postalis BD	566.281		(184.884)	381.397
Total de Ativos de Impostos Diferidos	2.122.921	-	(592.503)	1.530.418
Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	1.707.818	-	(22.042)	1.685.776
Total de Passivos de Impostos Diferidos	1.707.818		(22.042)	1.685.776

Para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram aplicadas às alíquotas de 25% e 9% respectivamente, sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Ativos Fiscais Diferidos têm o seu aproveitamento em função da realização dos eventos que os originaram. Considera-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, identificada a partir de análises de tendências futuras reveladas em estudo técnico elaborado com base em premissas estratégicas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, os quais podem vir a sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos sobre os Outros Resultados Abrangentes considerando que a Empresa possui um passivo fiscal diferido, ou seja, uma obrigação referente a um valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Nesse entendimento, o confronto dos eventos futuros, quais sejam: os valores lançados contra outros resultados abrangentes e o acréscimo patrimonial advindo do custo atribuído, sintetizam-se em um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido que em parte se justificam.

A realização destes direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

NOTA 18 – SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	337.274
Edifício Apolo	Mapfre Vera Cruz Seguradora	3.377
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	8.217
Universidade Correios	Tokio Marine Seguradora S/A	26.797
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	75.655
TOTAL SEGURADO		451.320

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 19 – PARTES RELACIONADAS

19.1 – Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Comunicações, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

19.2 – Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações financeiras de 2015, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério das Comunicações	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Mantenedora
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

19.3 – Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes com partes relacionadas dos Correios foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

19.3.1 – Transações com a Correiospar:

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, trata-se de subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

No ano de 2015, os Correios reconheceram o importe de R\$ 134, de acordo com o valor apurado de custos administrativos, tendo como base os parâmetros e procedimentos de cálculo sob a gestão do Departamento de Custos, contabilizado na rubrica Ressarcimentos da Correiospar.

19.3.2 – Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

19.3.3 – Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, plano de benefício pós-emprego, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

Os recursos do Postalis são provenientes das contribuições dos participantes e de sua patrocinadora. Em 2015, os Correios, na qualidade de patrocinador da referida entidade de previdência complementar, contribuiu, em paridade de contribuição normal com o participante, o montante de R\$ 395.977, contabilizado na rubrica do Postalis BD R\$ 75.249 e Postalprev R\$ 320.728, destinado ao custeio dos benefícios previstos nos regulamentos dos planos de benefícios do Instituto e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento desses Planos.

19.4 – Remuneração do pessoal chave da administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de		Correios		CorreiosPar ³		Postal Saúde ¹		Postalis	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Benefícios de Curto Prazo			5.063	4.714	910	-	-	-	2.632	2.409
Conselho de Administração/Deliberativo ²	24	24	352	51	158	-	-	-	293	275
Conselho Fiscal	14	14	171	51	95	-	-	-	192	183
Diretoria Executiva	20	20	4.246	4.289	657	-	-	-	2.147	1.951
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	323	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	294	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58	58	5.063	4.714	910	-	-	-	2.632	2.409

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

(3) Os conselhos e diretoria da Correiospar passaram a receber honorários a partir de maio de 2015.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

NOTA 20 – OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2015		2014
Menor salário	1.434		1.284
Maior salário	42.453		44.503
Salário médio	3.555		3.332
Dirigentes	Jan a Nov	Dez/15	
Presidente	46.728	27.841	44.503
Vice-presidentes	40.633	27.841	38.698
Conselheiros	Jan a Nov	Dez/15	
Conselho fiscal	4.475	3.351	4.262
Conselho de administração	4.475	3.351	4.262

NOTA 21- EVENTOS SUBSEQUENTES

21.1 – Máquina de Automação da Triagem

A Empresa está adquirindo e modernizando as máquinas de automação da triagem – Mectri e há expectativa de desembolso na ordem de R\$ 64.217 no exercício de 2016, correspondentes aos montantes de US\$ 14.738 e ¥ 172.693.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 06 de abril de 2016.